



ANEXO V

TERMO DE CONTRATO Nº 000/2007

MINUTA

TERMO DE CONTRATO DE OBRA DE REFORMA DO AUDITÓRIO ANTONIO CARLOS AMORIM, QUE FAZEM ENTRE SI A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – EMERJ E A EMPRESA .
(Processo Administrativo nº 252334/2007).

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ-MF nº 35.949.858/0001-81, com endereço na Av. Erasmo Braga, 115, 4º andar, Centro Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, e o estabelecimento da _____, CNPJ-MF nº _____, com _____ endereço na _____, doravante denominado Contratado, representado neste ato por _____ portador (a) da carteira de identidade nº _____ emitida pelo _____ C.P.F. nº _____, conforme consta no _____ (indicador o ato que o qualifica como representante legal, i.e: estatuto social, contrato social e ata de eleição e/ou instrumento de procuração acostados aos autos do mencionado Processo), firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada à fls. _____ do Processo Administrativo nº 252334/2007, concernente à licitação nº 005/2007, efetuada na modalidade TOMADA DE PREÇO (art.23, I, “b” da Lei Federal nº 8.666/93). Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições, que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações. **PRIMEIRA (DO OBJETO)** - O Contratado se obriga a executar para a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, obra de reforma do auditório da EMERJ Antonio Carlos Amorim da, com endereço na Avenida Erasmo Braga, 115 4º andar, Centro Rio de Janeiro – RJ obedecendo na sua execução ao que consta no Projeto Básico dos autos do Processo Administrativo nº 252334/2007 da Licitação nº 005/2007 que integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais, além de fazer observar as normas e especificações técnicas constantes dos Manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aplicáveis à espécie e os detalhes construtivos e instruções a serem fornecidos pelo órgão fiscal do contrato. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Deverá ser apresentado um cronograma simplificado por etapas, conforme constante do Projeto Básico, para fins de expedição de memorando de início, até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em caso de divergência entre os projetos de Arquitetura/instalações, Orçamento e Caderno de Especificações, o Contratado deverá notificar por escrito o órgão fiscal, para que este decida, sempre em conjunto com a Divisão de Planejamento de Obras do DEENG. **SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)** – O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário. **TERCEIRA (DO RECEBIMENTO DO OBJETO)** – O objeto do contrato será recebido, conforme o caso, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Para entrega da obra, a Contratada procederá a cuidadosa verificação, acompanhada pelo órgão fiscal, das perfeitas condições de funcionamento, utilização e segurança de todas as instalações, assim como removerá da obra todos os equipamentos e ferramentas, inclusive tapumes e barracão, bem como providenciará a retirada de todo o entulho residual existente em cada fase da obra, devendo entregar a obra concluída, livre e desembaraçada de quaisquer materiais e/ou equipamentos utilizados na sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes afetadas, bem como todos os documentos de garantia e manutenção do empreendimento, seus sistemas instalados, equipamentos etc., contendo relação seqüencial. **QUARTA (DO VALOR)** – O valor do contrato é de R\$ _____, (_____)

conforme Proposta do contrato às fls _____ do mencionado Processo, correspondendo ao objeto indicado na cláusula primeira e para totalidade do período mencionada na cláusula sétima.

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor do contrato poderá ser recomposto, decorrido 01 (um) ano da proposta apresentada pelo contratado, e assim, a cada período de um ano contado da data do último reajuste, aplicando-se o **INCC/FGV** conforme indicado no Projeto Básico, a requerimento do Contratado e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão.

QUINTA (DO PAGAMENTO) – O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da data final do cumprimento da obrigação, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal emitida pelo Contratado, em correspondência ao objeto executado e acompanhado dos comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS, por meio de crédito em conta-corrente no **Banco Itaú S/A [BANCO DO BRASIL S/A]**. O fiscal do contrato conferirá cada fatura e atestará a execução em conformidade com o contrato, e após o gestor a visará e encaminhará a documentação para pagamento, acompanhada deste termo de contrato assinado e publicado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O desconto por antecipação de pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, seja a requerimento do Contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, *pro rata diem*, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% ao ano. Entende-se por atraso o prazo que exceder 15 (quinze) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser por erro do Contratado.

SEXTA (DA DESPESA) - A despesa do contrato correrá à conta do Código de Despesa 4490.51.08 - Programa de Trabalho EMERJ 0362.02.061.0199.2107, do orçamento vigente, conforme nota de empenho acostada aos autos do Processo,

SÉTIMA (DO PRAZO) - As obras deverão estar concluída no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data indicada no memorando de início emitido pelo Departamento de Engenharia, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, DA Lei

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo, improrrogável, para apresentação pelo contratado, do cronograma simplificado por etapas da obra é de 05 (cinco) dias contados da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A emissão do memorando de início da execução da obra fica condicionada a aprovação do cronograma simplificado por etapas da obra pelo Departamento de Engenharia.

– **PARÁGRAFO TERCEIRO** As etapas a serem observadas na execução da obra atenderão ao que consta no cronograma físico da obra, apresentado pelo Contratado e aprovado pelo Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO - A execução da obra será medida mensalmente e acompanhada das memórias de cálculo de levantamento das quantidades realizadas, com a indicação dos locais de aplicação dos serviços medidos e respectivo relatório fotográfico.

OITAVA (DO RESPONSÁVEL), O Contratado indica como engenheiro civil (OU ARQUITETO) residente, responsável pela execução das obras o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____, emitida pelo **CREA/** _____ que fica autorizado a representá-lo perante a EMERJ e a Fiscalização em tudo o que disser respeito aos serviços contratados.

NONA (DA GARANTIA) – O Contratado prestou garantia no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor de contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contratado, após o cumprimento integral das obrigações assumidas, com o devido recebimento definitivo da obra pelo Contratante e em conformidade com a art. 73 da Lei dirigirá, ao Departamento de Administração da EMERJ, o requerimento de liberação da garantia prestada.

DÉCIMA (DAS PENALIDADES) – Ao Contratado, total ou parcialmente, serão aplicados as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei, a saber: a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço; b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226); c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até

que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A penalidade de multa, estabelecida na letra “b” do caput desta cláusula, poderá ser cumulada com qualquer das demais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada; se for superior do que valor desta, além de sua perda, responderá o Contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do Contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

PARÁGRAFO QUARTO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do Contratado por danos causados ao Contratante.

DÉCIMA-PRIMEIRA (DA SUSPENSÃO OU DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS) - Os motivos de força maior que possam vir a justificar a suspensão ou a prorrogação de prazo serão aceitos, a juízo da Fiscalização, quando apresentados em tempo hábil ou na ocasião de ocorrências anormais pela Contratada, que ficará isenta das multas da cláusula anterior durante os períodos de suspensão ou prorrogação de prazos, concedidos pela Fiscalização, desde que com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93.

DÉCIMA-SEGUNDA (DAS MODIFICAÇÕES) - No decorrer da execução da obra poderão ser promovidas modificações de quantidades, ou substituições de itens de serviços ou obras consideradas na licitação, a juízo do órgão fiscal, desde que no caso de obra de reforma, seja a supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) e o acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) de seu valor inicial, atualizado, respeitados os preços unitários constantes da planilha orçamentária, salvo em casos especiais devidamente justificados pela Fiscalização e com prévia autorização do Diretor-Geral da EMERJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso haja necessidade de inclusão de novos itens que não constem de sistemas de orçamento de obras indicados no item “V - ADITIVOS DE SERVIÇOS”, subitem “1”, do Projeto Básico, os preços serão estabelecidos segundo cotação de mercado que, sempre possível, será realizada junto a no mínimo quatro empresas para balizamento de preço.

DÉCIMA – TERCEIRA (DAS OBRIGAÇÕES) – As partes, independentemente de transcrição, deverão atender ao que consta no Projeto Básico, cabendo ao Contratado a obrigação de corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, incluindo seus empregados em serviço, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado.

DÉCIMA-QUARTA (DA RESCISÃO) - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas na Lei e no contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

DÉCIMA-QUINTA (DA FISCALIZAÇÃO) – A fiscalização, com fundamento no art. 67 da Lei, cabe ao Contratante, que a seu critério e por meio de servidor designado pelo Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça – RJ., exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho do Contratado, sem prejuízo do dever deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante, em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva do contratado quanto à integridade e à correção da execução dos serviços a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

DÉCIMA-SEXTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, na conformidade do art. 72 da Lei, sempre com a concordância da fiscalização, poderá subcontratar as seguintes partes da obra, serviços ou fornecimentos:

1) Projetos: a) projetos de dimensionamento de canteiro de obras; b) projeto de estrutura; c) projeto executivo de arquitetura; d) projetos executivos de instalações elétricas, hidro-sanitárias, instalações especiais de telefonia, detecção, combate a incêndio, climatização e demais necessárias a execução de obra, “as built” e manual de utilização e operação da edificação.

2) Serviços: a) Impermeabilização; b)

Instalação de divisórias articuladas; c) Instalação com fornecimento de redes de distribuição de energia, hidro-sanitárias; d) Fornecimento e instalação de sistema de alarme e detecção; e) Instalação de sistema de climatização; f) Fornecimento e instalação de vidros; g) Fornecimento e execução de revestimento. No caso de vir a utilizar a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar cópias de todas as ART's e respectivas guias, comprovando os recolhimentos aplicáveis a cada caso. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Contratado exigirá que as subcontratadas preencham os mesmos requisitos de habilitação que lhe são exigidos nos subitens 5.1.1 e 5.2, conforme o caso, o que deverá ser comprovado mediante apresentação da documentação correspondente ao órgão fiscal, quando exigida. **DÉCIMA-SÉTIMA (DAS RESPONSABILIDADES)** - O Contratado assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao Contrato. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O contratante não responderá por quaisquer compromisso assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculada à execução do presente contrato, bem, com por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, preposto ou subordinados. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação **DÉCIMA-OITAVA (DOS TRIBUTOS E DAS DESPESAS)** - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto. **DÉCIMA - NONA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)** - Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação no D.O.E.R.J., em resumo, do presente termo de contrato. **VIGÉSIMA (DO FORO)** – O foro do presente contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes. Rio de Janeiro, ... de de 2007.

Desembargador PAULO ROBERTO LEITE VENTURA
Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
EMERJ

Contratada